


Gestão da informação do estágio não obrigatório na coordenação de curso de Pedagogia presencial da UFRN


Teresinha Pereira da Rocha

Mestre em Gestão da Informação e do Conhecimento
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-7588-1082> E-mail: teresinha.rocha@hotmail.com

Pedro Alves Barbosa Neto

Doutor em Ciência da Informação
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-4741-5735> E-mail: pedrocorone@hotmail.com

Submetido em: 06-11-2018	Reapresentado em: 23-11-2018	Aceito em: 05-12-2018
--------------------------	------------------------------	-----------------------

RESUMO

O estágio não obrigatório é uma atividade que faz parte da formação profissional dos alunos do ensino superior. A documentação produzida para controle da atividade oferece um volume de informações pouco trabalhadas a partir da perspectiva da gestão da informação. Assim, este artigo teve como objetivo identificar as principais informações referentes à atividade de estágio supervisionado não obrigatório na Coordenação do Curso de Pedagogia presencial, com vistas à obtenção de informações relevantes para os processos de trabalho e tomadas de decisão. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de natureza quantitativa e qualitativa. A coleta de dados foi feita por pesquisa documental, nos sistemas de controles disponíveis. Os dados coletados foram analisados por meio de estatística descritiva e do modelo de gestão da informação de McGee e Prusak (1994). As informações disponíveis apontaram que o estágio não obrigatório é uma atividade de grande interesse dos alunos, existindo estagiários em todos os períodos do curso em que há sua permissão. Porém, houve diminuição de 21% nas vagas oferecidas no período analisado. Constatou-se, também, que a

maior parte das instituições concedentes são entidades privadas, no município de Natal. Concluiu-se que é importante promover a gestão das informações, incrementando o tratamento das informações armazenadas e produzindo material referente às condições de realização do estágio não obrigatório, para uso nas decisões no âmbito da Coordenação de Curso.

Palavras-chave: Gestão da Informação. Estágio. Estágio não obrigatório. Pedagogia. UFRN

Information management of non-compulsory internship in the course coordination of presential Pedagogy of the UFRN

ABSTRACT

The non-compulsory internship is an activity that is part of the professional training of higher education students. The documentation produced to control the activity offers a volume of information little worked from the perspective of information management. So, this article aimed to identify the main information regarding the activity of non-compulsory supervised internship in the Course Coordination of the presential Pedagogy, in order to obtain information relevant to the work processes and decision making. It is a descriptive research, of quantitative and qualitative nature. Data collection was done through documentary research, in the available control systems. The data collected were analyzed using descriptive statistics and the information management model of McGee and Prusak (1994). The available information indicated that the non-compulsory internship is an activity of great interest to the students, and there are trainees in all periods of the course in which there is permission. However, there was a decrease of 21% in the vacancies offered in the analyzed period. It was also verified that most granting institutions are private entities, in the municipality of Natal. It was concluded that it is important to promote information management, increasing the processing of stored information and producing material regarding the conditions of non-mandatory internship, for use in decisions within the scope of the Course Coordination.

Keywords: Information Management. Internship. Non-compulsory internship. Pedagogy

1 INTRODUÇÃO

O curso de Pedagogia presencial do campus Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, localizado na cidade de Natal/RN, foi reconhecido em 1976.

A organização atual do curso permite o ingresso de 100 novos alunos a cada semestre, distribuídos em duas turmas de 50 estudantes, uma no turno vespertino e outra no noturno. A previsão é de estarem formados em cinco anos. Durante a formação acadêmica, os alunos podem optar por participar de atividades de estágio não obrigatório para complementar sua formação.

A Coordenação do Curso de Pedagogia presencial da UFRN, *locus* desta pesquisa, é responsável pela gestão do estágio supervisionado não obrigatório dos estudantes de Pedagogia presencial. Apesar da relevância da atividade na formação docente desses alunos, o controle de informações do estágio não obrigatório é hoje, sob o ponto de vista da gestão da informação, um banco de dados bruto, sem tratamento. É certo que as informações têm hoje uma indiscutível importância para as organizações, sejam públicas ou privadas. Entretanto, não é sua produção em quantidade, mas seu uso eficiente que devem ser enfatizados (DAVENPORT, 1998).

O envolvimento em uma pesquisa de mestrado com foco no estágio não obrigatório fez os pesquisadores perceberem a necessidade de ter informações disponíveis referentes ao tema. Com o desenvolvimento deste estudo, as informações poderão contribuir como material de consulta para respostas rápidas e consistentes nas demandas de processos internos de trabalho na coordenação.

Há poucos trabalhos sobre estágio, sobretudo acerca do estágio não obrigatório, indicando um campo de investigação e de publicação de estudos importante para a Ciência da Informação. Além disso, o estudo não se limita à coordenação: este trabalho cria um acervo de informações que preserva a história do curso de Pedagogia presencial da UFRN em relação ao estágio não obrigatório, podendo tornar-se acessível para a comunidade acadêmica.

Diante do exposto, emerge o problema que orienta este estudo: quais são as principais informações referentes ao estágio não obrigatório que podem ser extraídas dos documentos de controle na Coordenação do Curso de Pedagogia, no período de 2014 a 2016? Em razão disso, o artigo tem como objetivo identificar as principais informações referentes à atividade de estágio supervisionado não obrigatório na

Coordenação do Curso de Pedagogia presencial, com vistas à obtenção de informações relevantes para os processos de trabalho e tomadas de decisão. Para isso, se propõe a caracterizar o estágio não obrigatório como estágio supervisionado, verificar os registros existentes e identificar os dados referentes à demanda, oferta de campo de estágio e condições do estágio não obrigatório.

2 GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Os estudos no campo da Ciência da Informação vêm sendo desenvolvidos desde meados do século XX, conforme apontam Lemos e Barbosa (2016). Ao longo dos últimos anos, os enormes avanços nessa área promoveram grandes mudanças na Sociedade.

Pessoas e organizações, públicas ou privadas, utilizam, diariamente, informações em seus processos decisórios, visto que, segundo Santos e Valentim (2015, p. 66), “A informação tem a capacidade de reduzir a incerteza organizacional, conseqüentemente ajuda o gestor a tomar decisões mais acertadas [...]”. Embora a produção de informações e o acesso a elas sejam importantes conquistas, segundo Riso (2012, p. 532, tradução nossa), “Hoje em dia se dispõe de mais informação do que podemos processar e assimilar [...]”¹. Isso tem se tornado um desafio porque as informações são geradas e armazenadas, mas, necessitam de um adequado gerenciamento.

Nas últimas décadas, a informação tornou-se um fator estratégico para as organizações (LEMOS; BARBOSA, 2016, p. 38; VALENTIM; SOUZA, 2013, p. 94; MCGEE; PRUSAK, 1994, p. 18), o que proporcionou a consolidação e difusão da temática da Gestão da Informação e do Conhecimento (GIC), de acordo com Barbosa e Lemos (2016).

Cumprir frisar que informações são muito mais que um acúmulo de dados. Conforme explica Davenport (1998, p. 19), “ao contrário dos dados, a informação exige

¹ “Hoy en día se dispone de más información de la que podemos procesar y assimilar, [...]” (RISO, 2012, p. 532).

análise. [...]. Outra característica da informação é ser muito mais difícil transferir com absoluta fidelidade". Nesse sentido, Detlor (2010, p. 104, tradução nossa) reforça que "[...] GI é mais do que apenas o gerenciamento de dados (por exemplo, fatos brutos armazenados em bancos de dados transacionais)²". Por fim, McGee e Prusak (1994, p. 23-24) afirmam que "a informação não se limita a dados coletados; na verdade informação são dados coletados, organizados, ordenados, aos quais são atribuídos significados e contexto". Confirma-se, assim, que os dados carecem de tratamento para passarem a informações úteis para seus usuários.

Nos estudos sobre a gestão da informação, observa-se a preocupação em fazer com que as informações cheguem até as pessoas que delas necessitam, em tempo para que possam ser utilizadas. Para isso, Choo (2003, p. 403) aponta "[...] que a administração da informação seja vista como a administração de uma rede de processos que adquirem, criam, organizam, distribuem e usam a informação". Detlor (2010, p. 103, tradução nossa) inclui o armazenamento em sua definição: "Gestão da informação é a gestão dos processos e sistemas que criam, adquirem, organizam, armazenam, distribuem e utilizam informação."³ Muitas organizações produzem suas informações e têm acesso a tantas outras, porém, não adotam a gestão da informação como recurso para aproveitamento desse material informacional.

A gestão da informação, embora seja um processo sistematizado com fluxos formais, explicitado em qualquer tipo de suporte eletrônico, digital ou físico, sofre influências do fator humano envolvido. Para Davenport (1998, p. 173), a GI é "[...] um conjunto estruturado de atividades que incluem o modo como as empresas obtêm, distribuem e usam a informação e o conhecimento", expondo um modelo que se apresenta como alternativa às visões meramente tecnológicas de gestão da informação, sob uma perspectiva holística, com destaque para a relação com o contexto. Na mesma perspectiva, McGee e Prusak (1994, p. 119-120) também afirmam que "Não existe sistema sem o elemento humano. Muitas vezes, quanto mais

² "[...] IM is more than just the management of data (e.g., raw facts stored in transactional databases)" (DETLOR, 2010, p. 104).

³ "Information management is the management of the processes and systems that create, acquire, organize, store, distribute, and use information" (DETLOR, 2010, p. 103).

estratégico é o sistema de informações, mais esforços humanos são necessários para mantê-lo”.

Na Coordenação do Curso são tomadas diversas decisões em relação ao desenvolvimento do curso. O uso das informações para tomar as melhores decisões está condicionado ao acesso a essas informações:

A escolha da melhor alternativa depende de informações tanto do ambiente interno, quanto do ambiente externo. Vale lembrar que é de extrema importância que as informações sejam selecionadas, tratadas, organizadas, disseminadas e acessíveis, e cuja apropriação e uso possam reduzir os riscos e as incertezas sobre os problemas existentes no cotidiano organizacional (VALENTIM; SOUZA, 2013, p. 99).

Na literatura encontram-se modelos de gestão da informação estruturados por diferentes autores. Nesta pesquisa foi adotado o processo descrito por McGee e Prusak (1994). Eles consideram a informação um recurso estratégico para os gestores das organizações, mas enfatizam que isso não basta. Destacam que é preciso a criação de um processo de gerenciamento para uso eficaz da informação.

2.1 Modelo de Gestão da Informação de McGee e Prusak

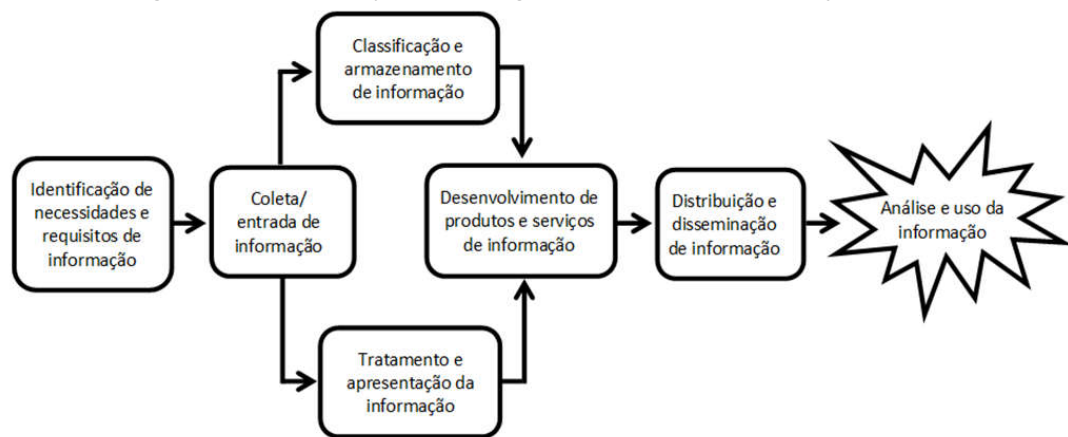
O modelo proposto por McGee e Prusak (1994) trata dos processos de gestão da informação com foco estratégico, descrito como "[...] um conjunto de tarefas conectadas logicamente que de um modo geral cruzam limites funcionais e têm um proprietário responsável por seu sucesso final" (MCGEE; PRUSAK, 1994, p. 114). Os autores defendem um processo genérico para a gestão da informação porque:

1. A informação recebe ênfases diferentes em cada segmento econômico e em cada organização.
2. As diferentes tarefas dentro do modelo assumem diferentes níveis de importância e valor entre as organizações (MCGEE; PRUSAK, 1994, p. 107).

Assim como Davenport (1998), os autores Mc Gee e Prusak (1994) questionam o excessivo foco de investimentos para a Tecnologia da Informação (TI), em

detrimento à discussão sobre a própria informação e apresentam um esquema de tarefas do processo de gerenciamento de informação em etapas (MCGEE; PRUSAK, 1994): identificação de necessidades e requisitos de informação, coleta/entrada de informação, classificação e armazenamento de informação, tratamento e apresentação da informação, desenvolvimento de produtos e serviços de informação, distribuição e disseminação de informação e, por fim, análise e uso da informação. Este processo precisa ocorrer de um modo coordenado conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 – Tarefas do processo de gerenciamento das informações



Fonte: Adaptado de McGee e Prusak (1994, p. 108).

O modelo descrito por McGee e Prusak (1994, p. 115-124) tem início com a etapa de **identificação de necessidades e requisitos de informação**, considerada a fase mais importante do processo. Esta fase afeta todas as demais, podendo dar maior utilidade ao processo, oferecendo aos usuários as informações que lhes interessem.

Para empreender essa tarefa de identificação de necessidades e requisitos de informação, McGee e Prusak (1994) identificam três pontos importantes a reconhecer: variedade necessária de fontes de alimentação do sistema, as pessoas não sabem o que não sabem e **aquisição/coleta de informações**.

A partir da primeira tarefa, em que colhe as informações necessárias para responder às necessidades do usuário, ocorrem as próximas etapas, **classificação e armazenamento de informação** e **tratamento e apresentação de informação** que,

frequentemente, ocorrem simultaneamente. Pontos que não devem ser negligenciados nesta etapa são o sistema adaptado ao modo como os usuários trabalham com a informação, classificação da informação por vários ângulos e dimensão do projeto. Nessa etapa são criados repositórios para recuperação oportuna das informações.

O **desenvolvimento de produtos e serviços de informação** é o momento de trazer perspectivas ao processo e utilizar a experiência. Nessa etapa é enfatizado que não existe sistema sem o elemento homem. Segundo os autores McGee e Prusak (1994, p. 119) "funcionários das áreas usuárias devem poder contribuir para o projeto e desenvolvimento dos produtos que eles e outros irão utilizar." Com referência a essa etapa, destaca-se que os usuários têm perspectivas do processo e do contexto que não são captadas pelos sistemas eletrônicos.

Na etapa de **distribuição e disseminação da informação** busca-se alcançar um valor estratégico, os sistemas de informação devem ser úteis e tentar se antecipar as necessidades de informação do usuário. Ao atingir maior número de usuários com a gestão da informação, é possível aumentar a abrangência da utilização dessas informações.

3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Da educação básica ao ensino superior, público ou privado, a educação brasileira é regulamentada pela Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a LDB, de 20 de dezembro de 1996. A LDB prevê o estágio supervisionado como um dos fundamentos na formação de professores, descrito no artigo 61, parágrafo único, inciso II: "II - associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço" (BRASIL, 1996).

O estabelecimento de procedimentos específicos para a realização do estágio supervisionado, bem como a definição de responsabilidades entre as partes envolvidas na relação de estágio, quer seja instituição de ensino, instituição concedente, agente

de integração ou aluno, estão detalhados na Lei nº 11.788 de 2008, a Lei do Estágio, que define o estágio da seguinte maneira:

Art. 1º O estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação [...] (BRASIL, 2008).

A Lei nº 11.788/2008 classificou estágio supervisionado em duas modalidades: obrigatório e não obrigatório. As modalidades permitidas no curso, uma delas ou ambas, devem estar previstas no projeto pedagógico do curso para que o aluno possa realizá-las. Dessa forma, quando previsto, o estágio obrigatório é um requisito para a conclusão do curso, enquanto o estágio não obrigatório é sempre opcional ao aluno.

Outro aspecto que distingue os estágios obrigatórios e não obrigatórios é a questão de custos:

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório (BRASIL, 2008).

Constata-se que, no caso do estágio não obrigatório, a instituição de ensino não tem qualquer ônus, enquanto que a instituição concedente assume o seguro obrigatório, a bolsa e o auxílio-transporte para o estagiário.

3.1 Estágio supervisionado não obrigatório

Ao longo da formação acadêmica, será opção do estudante a realização de atividades de estágio supervisionado não obrigatório, comumente denominado estágio remunerado. Esta atividade, embora deva estar relacionada com o projeto pedagógico do curso, não está incluída, como item específico, no histórico formal, apesar de sua importância na formação docente:

Diferentemente do exercício profissional de outros profissionais, como, por exemplo, os médicos dos quais se exige que tenham cumprido um estágio curricular e um estágio profissional entendidos como componentes da fase de formação, o exercício profissional de

professores no Brasil, desde suas origens, requer o cumprimento apenas do estágio curricular⁴ (PIMENTA, 2011, p. 21).

Com a vigência da Lei nº 11.788/2008, tornou-se necessário, também para o estágio não obrigatório, o acompanhamento do aluno por professor da instituição de ensino e por profissional do quadro de empregados da empresa concedente, com formação ou experiência profissional em área de conhecimento do curso do estagiário, o que reforça o caráter pedagógico dessa atividade (MACHRY, 2014).

A integração entre a instituição de ensino e o campo de estágio é o preparo para o trabalho produtivo, que tem como grande desafio o intercâmbio entre teoria e prática, ressalta Machry (2014). Nessa atividade, o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. Para o aluno,

Um estágio lhe oferece uma oportunidade de construir seu currículo de experiência de trabalho profissional, formar alianças e redes nas áreas de sua especialização, e compreender como seu curso está preparando você para entrar no seu campo escolhido (BLANCHARD *et al*, 2013, p. 41, tradução nossa)⁵.

Essa aproximação do aluno com a área de estudo muitas vezes permite sua inserção no mercado de trabalho e, sobretudo, contribui para a complementação da aprendizagem e o desenvolvimento de sua carreira profissional. Todavia, essa ação deve estar alinhada ao projeto pedagógico do curso - PPC. Segundo o que prevê o PPC de Pedagogia presencial, os alunos só podem participar de atividades de estágio não obrigatório a partir da matrícula no segundo período do curso. As atividades de estágio devem ocorrer sob a perspectiva da prática como princípio formativo, evitando a precarização do trabalho no campo de atuação do Pedagogo. Esses preceitos são levados em conta para a autorização do estágio não obrigatório, e devem estar refletidos no Plano de Atividades do Estagiário do Termo de Compromisso assinado pela Coordenação do Curso.

⁴ O estágio curricular refere-se ao estágio supervisionado obrigatório, enquanto o estágio profissional refere-se ao estágio supervisionado não obrigatório.

⁵ "An internship provides you with an opportunity to build your résumé of professional work experience, form alliances and networks in the areas of your specialization, and grasp how your coursework is preparing you to enter your chosen field" (BLANCHARD *et al*, 2013, p. 41).

A preocupação é pertinente, uma vez que a legislação admite a possibilidade do estágio não obrigatório estender-se por até dois anos na mesma instituição concedente, o que representa um tempo considerável no processo de formação acadêmica do estudante, tendo em vista que a duração prevista do curso é de cinco anos.

Ainda assim, faz-se necessário e indispensável aos cursos considerar ações práticas, dentre elas o estágio, como fundamentais à construção do conhecimento pelo jovem futuro profissional.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é uma pesquisa descritiva de natureza quantitativa e qualitativa, tendo sido a coleta de dados realizada por pesquisa documental. A escolha de pesquisa descritiva justifica-se pelo fato de estudar as características de um fenômeno e permitir “[...] o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28). É uma pesquisa documental por ter sido desenvolvida a partir de material já existente, que não havia recebido tratamento, como explica Gil (2008). É de natureza quantitativa e qualitativa, pois adota a análise estatística descritiva para organizar, resumir e descrever os dados brutos coletados, com posterior análise qualitativa, estabelecendo relações entre as variáveis. Reforça a justificativa:

O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia (MINAYO, 2002, p. 22).

A pesquisa teve como parâmetros o modelo de gestão da informação de McGee e Prusak (1994), sobretudo na etapa de Desenvolvimento de Produtos e Serviços de Informação, na qual está centrado o problema estudado.

O campo de pesquisa foi a Coordenação do Curso de Pedagogia presencial do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus central de Natal/RN, responsável por cerca de 800 alunos por semestre. Como representante

da instituição de ensino perante os alunos de Pedagogia presencial, a Coordenação de Curso é que aprova o Termo de Compromisso de Estágio, contrato que regula a atividade de estágio entre instituição de ensino, instituição concedente e os estudantes. A coleta de dados teve como delimitação temporal o período de 2014 a 2016. Esta escolha levou em consideração que em 2014 adotou-se uma planilha eletrônica anual, para aprimorar o controle, permitindo o acesso às informações. O estudo não contemplou o ano de 2017 porque a análise dos resultados teve início antes do fechamento dos dados desse ano.

Em 2016, foi implantado o módulo Central de Estágios do SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFRN, a partir do 1º semestre. Esse módulo é um investimento da UFRN para gerenciar as ações dos estágios, obrigatório e não obrigatório, em ambiente informatizado, de forma padronizada para todos os cursos. Dessa forma, as informações começam a migrar da planilha eletrônica para o módulo Central de Estágios. Diante disso, em 2016, parte dos dados foram extraídos da planilha eletrônica da Coordenação, e complementados pelos registros alimentados no módulo Central de Estágios.

Para a pesquisa bibliográfica, as bases de pesquisa utilizadas foram os bancos de dados eletrônicos da Capes, BDTD, Scielo e Google Acadêmico, tendo como principais palavras-chave: gestão da informação, gerenciamento da informação, estágio, estágio remunerado, estágio não obrigatório. As referências bibliográficas foram pesquisas em publicações de 2010 a 2016. Porém, as principais obras da literatura da Ciência da Informação anterior a esse período foram consultadas pela sua relevância teórica.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Uma primeira análise das planilhas da Coordenação de Curso de Pedagogia presencial permitiu observar que houve a inclusão de alguns itens nas planilhas de 2015 e 2016, a partir de necessidades identificadas, para melhor controle e acompanhamento do estágio não obrigatório. Foram incluídos dados pessoais, telefones e endereços

eletrônicos dos estagiários e supervisores das instituições concedentes, a fim de facilitar a comunicação para acompanhamento do estágio não obrigatório, evitando a busca no contrato arquivado em papel. O horário do estágio também passou a constar na planilha, identificando o período em que os alunos estão em cada instituição, direcionando a agenda de visitas aos estabelecimentos.

Com essas adequações das planilhas, constata-se que as etapas de **identificação de necessidades e requisitos de informação e coleta/entrada de informação**, previstas no modelo de McGee e Prusak (1994) ocorreram no período pesquisado. Observa-se, também, que a etapa de **classificação e armazenamento de informação**, no que tange ao aspecto do armazenamento, pode ser identificada pela existência desses arquivos dos quais foi possível recuperar as informações, o que permitiu a realização dessa pesquisa.

No entanto, não foi detectada a etapa de **tratamento e apresentação de informação**, sendo esta pesquisa uma iniciativa nesse sentido. As planilhas utilizadas na pesquisa contêm muitos dados. Para este estudo foram selecionados aqueles que contribuem com a compreensão da situação do estágio não obrigatório e que podem ser melhor aproveitados pela coordenação, apresentados a seguir.

No período de 2014 a 2016 o número de contratos de estágio diminuiu: em 2014 foram 282 contratos, em 2015 foram 248 e em 2016 foram 222. Comparados os períodos, percebe-se que a oferta de estágio diminuiu 21% desde 2014. Os dados não permitem identificar as causas para essa redução. Contudo, é importante que a situação seja acompanhada e promovidas ações que possam restabelecer o espaço do estágio não obrigatório aos alunos de Pedagogia, visto a importância dessas parcerias como complemento à formação profissional e como ingresso dos alunos no mercado de trabalho.

O número de alunos do sexo masculino em atividades de estágio não obrigatório aumentou de 8% em 2014 para 10% em 2016. Esse dado mostra que os homens estudantes de Pedagogia estão aumentando seu espaço numa área historicamente de grande concentração feminina, como a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, que é o campo da maioria das ofertas de estágio não

obrigatório.

Ao analisar a oferta de estágios não obrigatórios entre o setor público e privado, constata-se que foi superior na iniciativa privada, passando de 56% dos contratos firmados em 2014 para 62% em 2016. No entanto, a análise por instituição indica que a maior oferta de estágios não obrigatórios foi feita por um órgão público do município de Natal, com 30% dos contratos em 2014, 25% em 2015 e 2016. O segundo maior campo de estágios não obrigatório é uma instituição educacional da iniciativa privada que em 2014 somou 10% dos contratos, 11% em 2015 e reduziu para 7% sua participação em 2016. Essa condição de concentração de muitos estagiários em poucas instituições pode restringir o campo de estágio não obrigatório, dificultando a diversidade de experiências e variedade de ambientes profissionais.

O campo de estágio é predominante no município de Natal, concentrado na região dos bairros da zona sul. Dos contratos aprovados de 2014 a 2016, 85% eram de instituições em Natal. Parnamirim figura como o segundo município, e que vem crescendo nos últimos anos, passando de uma participação de 12% em 2014 para 14% em 2016, sobretudo no campo da iniciativa privada. A diversificação de municípios é positiva, pois cria oportunidades próximas às residências dos estudantes. No entanto, a distância não deve interferir na pontualidade dos alunos nas aulas do curso na UFRN e no seu desempenho acadêmico.

A maioria dos contratos tem duração de até um ano. Em 2014 foram 83% dos contratos para esse prazo, 86% em 2015 e 78% em 2016. Houve um aumento de contratos com duração de dois anos, que é o prazo máximo, subindo de 8% em 2014 para 14% em 2016. Embora a permanência por tempo maior em um local traga vantagens, inclusive de perspectivas de contratação quando na iniciativa privada, a permanência nesse longo período deve ocorrer em ambiente adequado, cuja experiência esteja alinhada ao projeto do curso.

As aulas do curso de Pedagogia presencial acontecem o período vespertino e noturno, justificando que cerca de 70% dos contratos são de estágios não obrigatórios pela manhã.

Foi constatada a contratação de estagiários para carga horária de quatro, cinco

ou seis horas. Entretanto, a maioria das instituições concedentes de estágio não obrigatório desta pesquisa contrataram os estudantes pela carga horária máxima permitida em lei, que é de seis horas diárias. Essa condição exige avaliação da coordenação quanto à viabilidade da atividade, pois, em alguns casos, o tempo entre o término do estágio e o início das aulas pode ser insuficiente para o deslocamento e a alimentação adequada dos alunos. Apesar de sua importância na formação do aluno, a atividade de estágio não obrigatório não pode prejudicar a rotina acadêmica.

Ao analisar o valor da bolsa paga aos estagiários, percebe-se um aumento de 5% do ano de 2014 para 2015, subindo da média de R\$514,00 para R\$538,00 em 2015, permanecendo esse mesmo valor médio em 2016, apesar de algumas instituições concedentes terem reajustado as bolsas oferecidas. Os valores vão de R\$260,00 a R\$1.122,00, sendo o menor no setor público e o maior no setor privado. A legislação não impõe valores mínimos a serem pagos aos estagiários, e tampouco a qualidade de uma experiência de estágio pode ser medida pelo valor de uma bolsa, mas a remuneração é um dos fatores indicativos da valorização de uma categoria profissional. Parece ser uma alternativa contra a baixa remuneração do estagiário que a Coordenação de Curso incentive os estudantes a buscarem novas oportunidades, valorizando seu trabalho, mesmo na condição de estagiário, ou investigar os motivos que levam o aluno a aceitar essa realidade.

A etapa de **desenvolvimento de produtos e serviços de informação**, bem como **distribuição e disseminação da informação** não foram percebidas, mas, é importante destacar que alguns dados apresentados podem ser utilizados para direcionar os esforços da Coordenação nesse sentido, promovendo a análise e uso da informação existente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre o estágio não obrigatório na Coordenação do Curso de Pedagogia presencial da UFRN não havia sido feito anteriormente. O estudo atingiu seus objetivos, pois identificou as principais informações referentes à atividade de estágio

supervisionado não obrigatório na Coordenação do Curso de Pedagogia presencial. A caracterização do estágio não obrigatório como estágio supervisionado foi realizada e se verificou os registros existentes, identificando os dados referentes à demanda, oferta de campo de estágio e condições do estágio não obrigatório. Desta forma, tornaram-se disponíveis algumas informações relevantes para os processos de trabalho e tomadas de decisão da Coordenação.

Com a conclusão deste estudo, é pertinente dizer que há informações disponíveis acerca do estágio não obrigatório na coordenação, ainda que não sejam provenientes de uma gestão da informação formalmente implantada, quando comparada às etapas do modelo de McGee e Prusak (1994).

Sem desconsiderar a importância do armazenamento das informações, a coordenação deve avançar na análise do material informacional existente. A ausência de parte das etapas do modelo de gestão da informação, restringe a possibilidade de uso da informação.

Adotar a gestão da informação poderia incrementar o uso eficaz da informação, sobretudo, com a implantação das etapas de **tratamento e apresentação da informação** e de **distribuição e disseminação da informação** do modelo de McGee e Prusak (1994). Diante de um volume de dados recuperáveis, é preciso um olhar adequado para extrair informações com significado, que possam ser usadas para dar suporte às decisões no contexto do curso de Pedagogia presencial. A análise das informações contribuiria para o entendimento das condições do estágio não obrigatório enfrentadas pelos alunos nas instituições concedentes e de como essa atividade complementa a formação acadêmica do estagiário.

O estudo apresenta um material que retrata a história do estágio não obrigatório no período de três anos. Pela riqueza dos dados encontrados, sugere-se a continuidade dos registros para análises anuais no setor, bem como a possibilidade de outros estudos. Novas pesquisas para avaliação dos principais parceiros nessa atividade, promovendo melhores campos de estágio e buscando atuação em bairros não atendidos surgem como possibilidades de fortalecimento dessa enriquecedora atividade na formação dos futuros profissionais da docência.

REFERÊNCIAS

BLANCHARD, D. *et al.* The Value of an Internship Experience for Early Career Geographers. In: SOLEM, M.; FOOTE K.; MONK J. **Practicing Geography: Carrers for Enhancing Society and the Environment**. USA: 2013. Disponível em: <https://www.csun.edu/sites/default/files/internship-book-chapter-Final-Chapter-Copy-Practicing-Geography-2013.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 05 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Lei do Estágio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso em: 05 jan. 2017.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: Senac, 2003.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação**. São Paulo: Futura, 1998

DETLOR, B. Information management. **International Journal of Information Management**. n. 30, 2010, p.103-108.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEMOS, A. B.; BARBOSA. R. R. A tríade informação – gestão – comunicação: uma reflexão no contexto organizacional. 2016. **RACIn**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 26-47, jan./jun. 2016. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_n1/racin_v4_n1_artigo02.pdf. Acesso em: 02 jan. 2017.

MACHRY, Maricéia. **Estágio não obrigatório: gestão de seu acompanhamento no ensino superior**. 2014. 123f. Dissertação de mestrado em Gestão Educacional – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4001>. Acesso em: 06 jan. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MCGEE, James; PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento Estratégico da Informação: Aumente a competitividade e a eficácia de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica.** Rio de Janeiro: Campus, 1994.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RISSE, V. G. Aproximación teórica a la relación entre los términos gestión documental, gestión de información y gestión del conocimiento. **Revista Española de Documentación Científica**, 35, 4, octubre-diciembre, 531-554, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/redc.2012.4.869>. Acesso em: 03 jan. 2017.

SANTOS, Juliana Cardoso dos; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Gestão da informação em ambientes organizacionais: em foco o setor têxtil e de vestuário. **Informação@Profissões**, v. 4, n. 1, p. 56-81, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/23542/17205>. Acesso em: 03 jan. 2017.

VALENTIM, M. L. P.; SOUZA, J. S. F. Fluxos de informação que subsidiam o processo de inteligência competitiva. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 18, n. 38, p. 87-106, set./dez. 2013. Disponível em <http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2013v18n38p87>. Acesso em: 02 jan. 2017.